Mulheres rurais e gestão econômico-financeira na agricultura familiar: desafios e práticas em propriedades do Vale do Rio Pardo/RS

Rural women and economic-financial management in family farming: challenges and practices on farms in the Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brazil.

Mariéli Helfer Gehring
UNISC. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil
Fernando Batista Bandeira da Fontoura
UNISC. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil
Cidonea Machado Deponti
UNISC. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: O artigo analisa como as mulheres rurais participam da gestão econômico-financeira das propriedades da agricultura familiar e de que modo as práticas de contabilidade rural influenciam a tomada de decisão e a sustentabilidade econômica dessas unidades produtivas. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base na fenomenologia, e utiliza entrevistas semiestruturadas realizadas com 18 integrantes da Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, no Rio Grande do Sul. Os resultados evidenciam que as mulheres exercem papel ativo na organização financeira das propriedades, especialmente no controle de gastos, registros cotidianos e apoio às decisões produtivas e familiares. Contudo, predominam práticas informais de gestão, marcadas pela baixa sistematização dos registros, pela limitada separação entre finanças domésticas e produtivas e pelo uso restrito de ferramentas contábeis formais. O estudo também revela que a sobrecarga de trabalho feminino, a escassez de tempo e o acesso desigual à informação dificultam a consolidação de práticas gerenciais mais estruturadas. Conclui-se que a gestão econômico-financeira na agricultura familiar precisa ser compreendida para além de uma dimensão técnica, pois está atravessada pela divisão sexual do trabalho e pelas condições concretas de vida das mulheres rurais. O fortalecimento de instrumentos adaptados de gestão, articulado ao reconhecimento do protagonismo feminino, constitui elemento relevante para a sustentabilidade das propriedades familiares.
Palavras-chave: agricultura familiar; mulheres rurais; gestão econômico-financeira; contabilidade rural; sustentabilidade econômica**.**

Abstract: This study analyzes how rural women participate in the economic and financial management of family farming properties and how rural accounting practices influence decision-making and the economic sustainability of these productive units. The research adopts a qualitative approach grounded in phenomenology and uses semi-structured interviews conducted with 18 members of the Women's Commission of the Family Farmers' Union of Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, and Herveiras, in Rio Grande do Sul, Brazil. The results show that women play an active role in the financial organization of rural properties, especially in expense control, everyday record-keeping, and support for productive and family-related decisions. However, informal management practices still predominate, marked by low systematization of records, limited separation between household and productive finances, and restricted use of formal accounting tools. The study also reveals that women's work overload, lack of time, and unequal access to information hinder the consolidation of more structured management practices. It is concluded that economic and financial management in family farming must be understood beyond its technical dimension, since it is shaped by the sexual division of labor and by the concrete living conditions of rural women. Strengthening simple management tools, combined with recognition of women's protagonism, constitutes a relevant element for the sustainability of family farms.
Keywords: family farming; rural women; economic and financial management; rural accounting; economic sustainability**.**

1. Introdução

A agricultura familiar ocupa posição estratégica no desenvolvimento econômico, social e ambiental, tanto pela produção de alimentos quanto por sua contribuição para a dinamização

dos territórios rurais. Além de responder por parcela significativa do abastecimento alimentar, esse segmento também cumpre funções relevantes na reprodução social das famílias, na manutenção da população no campo e na diversificação das economias locais. Contudo, em um contexto marcado pela crescente inserção dos agricultores em mercados mais amplos, competitivos e globalizados, a permanência e a sustentabilidade das propriedades familiares passam a depender, cada vez mais, da capacidade de organizar a produção, planejar investimentos, controlar custos e tomar decisões de forma mais qualificada (Santos; Marion; Segatti, 2002).

Esse cenário se torna ainda mais complexo quando se considera que a agricultura familiar não se estrutura apenas como unidade produtiva, mas como espaço em que se articulam trabalho, família e vida cotidiana. Nesse tipo de organização social e econômica, a diversificação das atividades produtivas, frequentemente mobilizada como estratégia de geração de renda e de melhoria das condições de vida, amplia as possibilidades de reprodução da unidade familiar, mas também eleva a complexidade da gestão da propriedade. Quanto mais diversificada for a produção, maiores tendem a ser as exigências relacionadas ao planejamento, ao acompanhamento de receitas e despesas, ao controle das atividades e à definição de prioridades econômicas e produtivas (Fontoura; Deponti; Silva; Silva, 2018; Breitenbach, 2014).

Nesse contexto, a gestão econômica e financeira assume relevância central, uma vez que oferece subsídios para a organização das atividades produtivas, para o controle dos recursos disponíveis e para o aprimoramento da tomada de decisão. Associada à contabilidade rural, essa gestão pode contribuir para o conhecimento mais preciso da situação econômica da propriedade, da rentabilidade e da lucratividade das atividades desenvolvidas e das possibilidades de planejamento de curto, médio e longo prazo (Crepaldi, 2019).

Entretanto, embora a literatura reconheça a importância da gestão econômico-financeira e da contabilidade rural para o fortalecimento das propriedades familiares, sua incorporação no cotidiano da agricultura familiar ainda ocorre de forma limitada e desigual. Muitos agricultores apresentam dificuldades em adotar registros sistemáticos, separar finanças pessoais e produtivas, utilizar instrumentos de controle ou acessar tecnologias capazes de auxiliar na organização da gestão. Tais limitações decorrem não apenas da ausência de conhecimento técnico, mas também de condicionantes mais amplos, como as restrições de acesso à informação, as especificidades dos ciclos produtivos e a própria complexidade da organização do trabalho nas propriedades familiares (Deponti, 2014; Souza; Cardoso; Pereira, 2020).

Todavia, a adoção dessas práticas não ocorre em um ambiente social neutro. Na agricultura familiar, os processos de gestão são atravessados por relações familiares, pela divisão do trabalho no interior da unidade produtiva e pela forma como homens e mulheres participam das atividades econômicas e domésticas. É nesse ponto que a presença das mulheres rurais se torna analiticamente central. Inseridas em espaços coletivos de organização social, como as comissões de mulheres vinculadas aos sindicatos rurais, elas participam ativamente das atividades produtivas, da administração dos recursos e das decisões relacionadas à propriedade, ainda que essa atuação nem sempre seja reconhecida com a mesma visibilidade conferida aos homens.

Assim, discutir gestão econômico-financeira na agricultura familiar a partir da atuação das mulheres implica reconhecer que os instrumentos de controle, os registros contábeis e as práticas de planejamento estão inseridos em contextos concretos, marcados por sobrecarga de trabalho, desigualdades de acesso à informação e diferentes formas de reconhecimento social. A presença ou ausência de práticas contábeis formais, portanto, não pode ser interpretada apenas como resultado de maior ou menor domínio técnico, mas também como expressão das condições objetivas e subjetivas em que se organiza a vida econômica das famílias agricultoras dentro de um contexto histórico.

Diante disso, este estudo busca compreender como a utilização — ou a ausência — de práticas de contabilidade rural e de gestão econômico-financeira influencia a tomada de decisão e a sustentabilidade das propriedades da agricultura familiar, a partir da percepção e da atuação das mulheres rurais integrantes da Comissão de Mulheres do Sindicato dos Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Herveiras, Sinimbu e Vale do Sol. Ao centrar a análise na experiência dessas mulheres, o artigo procura contribuir para uma compreensão mais ampla da gestão rural, evidenciando que sua qualificação depende não apenas da adoção de ferramentas técnico-contábeis, mas também do reconhecimento do protagonismo feminino na organização e sustentação das propriedades familiares.

2. Gestão econômica e financeira na agricultura familiar

O setor agropecuário passou a operar em mercados cada vez mais globalizados, ampliando a escala de produção e comercialização e impondo novos desafios às propriedades rurais. Entre eles, destaca-se a necessidade de maior competitividade frente a economias mais desenvolvidas e com estruturas de produção e gestão já consolidadas (Santos; Marion; Segatti, 2002). Nesse contexto, a diversificação produtiva ganha relevância, tanto por contribuir para o

aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida das famílias quanto por fortalecer a subsistência no meio rural (Breitenbach, 2014; Fontoura; Deponti; Silva; Silva, 2018). Contudo, quanto maior a diversificação, maior também a necessidade de planejamento, controle e organização da propriedade, exigindo a definição de atividades principais e secundárias para viabilizar análises mais eficientes (Fontoura; Silva; Deponti, 2022).

Diante dessa complexidade, a gestão econômica e financeira assume papel central, uma vez que o desempenho da atividade rural depende da capacidade do agricultor de utilizar adequadamente os recursos disponíveis e de se inserir de forma estratégica no ambiente de negócios (Fontoura; Silva; Deponti, 2022). Nessa direção, a contabilidade rural constitui importante instrumento de apoio à tomada de decisão, pois oferece informações mais precisas sobre custos, receitas, patrimônio e resultados, contribuindo para uma compreensão mais ampla da situação econômica da propriedade (Crepaldi, 2019). Além disso, o setor rural demanda tratamento contábil específico, considerando suas particularidades produtivas, normativas e operacionais, inclusive no que se refere à observância do CPC 29 para ativos biológicos e produtos agrícolas.

As propriedades rurais, que variam de pequenas unidades familiares a grandes empresas agroindustriais, enfrentam desafios particulares, como dependência climática, diversidade produtiva e exigências regulatórias (Crepaldi, 2019). No caso da agricultura familiar, cuja definição é amparada pela legislação brasileira, a contabilidade rural pode colaborar de forma decisiva para o gerenciamento da propriedade e para a adoção de estratégias que melhorem seus resultados (Brasil, 2006; Fontoura; Silva; Deponti, 2022). As tecnologias de informação também podem auxiliar nesse processo, embora seu uso no meio rural ainda encontre obstáculos relacionados ao acesso à internet, à ausência de equipamentos, ao baixo grau de instrução e à limitada familiaridade com essas ferramentas (Deponti, 2014).

Ao mesmo tempo, a literatura alerta que a introdução de sistemas de controle excessivamente complexos pode gerar resistência entre os agricultores, especialmente quando a gestão financeira não é percebida como atividade prioritária diante das demandas imediatas do trabalho produtivo (Frühauf, 2014; Breitenbach, 2014). Por isso, a utilização das demonstrações contábeis e de instrumentos de controle deve considerar a realidade concreta das propriedades, contribuindo para o planejamento, o controle dos custos e a definição de metas financeiras. Fundamentadas em princípios como entidade, competência, continuidade, prudência e consistência, as informações contábeis são essenciais para assegurar maior

fidedignidade, transparência e confiabilidade aos processos decisórios no meio rural (Marion, 2019; Kaplan; Norton, 1993; Iudícibus; Martins, 2007).

2.1 Gestão econômico-financeira, contabilidade rural e protagonismo feminino na agricultura familiar

A análise da gestão econômico-financeira na agricultura familiar exige ir além de uma compreensão estritamente técnica da contabilidade rural. Embora os instrumentos contábeis sejam fundamentais para qualificar a tomada de decisão, sua adoção e seu uso não ocorrem em um vazio social. Ao contrário, eles são vinculados pela forma como o trabalho está organizado no interior das unidades familiares, pelas relações de poder entre seus membros e pela divisão sexual do trabalho que estrutura o cotidiano produtivo e reprodutivo das famílias rurais. Nessa direção, a contabilidade rural não deve ser entendida apenas como um conjunto de técnicas voltadas ao controle patrimonial ou à mensuração de resultados, mas como uma mediação prática que se insere em relações sociais concretas e que expressa, também, quem administra, quem decide, quem registra e quem permanece invisibilizado no processo de gestão.

Na agricultura familiar, a gestão econômico-financeira assume características próprias, pois a propriedade não se organiza segundo a lógica empresarial clássica, marcada por separação nítida entre unidade produtiva e unidade doméstica. Ao contrário, trata-se de um espaço em que produção, reprodução social e vida familiar se entrelaçam de maneira intensa. Isso significa que as decisões sobre investimentos, comercialização, uso da renda, compra de insumos ou ampliação das atividades produtivas são tomadas em um contexto no qual também incidem necessidades domésticas, cuidados familiares, sazonalidade da produção e trabalho não remunerado. Por isso, a dificuldade de separar as finanças pessoais das produtivas, frequentemente apontada na literatura e evidenciada no artigo, não pode ser interpretada apenas como insuficiência técnica ou desconhecimento contábil, mas como expressão de uma racionalidade prática própria da agricultura familiar, na qual os recursos circulam entre diferentes esferas da vida cotidiana.

É justamente nesse ponto que a análise das mulheres rurais se torna central. Nas propriedades familiares, as mulheres participam ativamente da gestão, ainda que essa atuação nem sempre seja reconhecida como tal. Muitas vezes, são elas que realizam anotações, controlam gastos, organizam pagamentos, acompanham entradas e saídas de recursos e ajudam a definir prioridades de consumo e investimento. No entanto, esse envolvimento convive com uma histórica invisibilização de seu trabalho, especialmente porque suas atividades se

distribuem entre o espaço produtivo e o espaço doméstico, sem que, essa dupla ou tripla jornada seja, plenamente valorizada. Assim, ao mesmo tempo em que as mulheres desempenham funções essenciais para a sustentação econômica da unidade familiar, elas também enfrentam sobrecarga de trabalho, menor acesso a capacitações técnicas, limitações de tempo e, em alguns casos, menor legitimidade social para serem reconhecidas como gestoras.

Desse modo, a gestão econômico-financeira na agricultura familiar não pode ser analisada apenas em termos de eficiência, racionalidade contábil ou capacidade de planejamento. Ela precisa ser compreendida como uma prática socialmente situada, atravessada por relações de gênero e pela divisão do trabalho no interior da família rural. A informalidade dos controles, o uso do "caderninho", a memória como ferramenta de registro, as decisões compartilhadas ou centralizadas, bem como a ausência de demonstrativos formais, não revelam simplesmente um déficit de modernização gerencial. Revelam, também, formas concretas e historicamente construídas de administrar a vida econômica em contextos marcados por recursos limitados, forte imbricação entre casa e produção e distribuição desigual das responsabilidades entre homens e mulheres.

Sob essa perspectiva, a contabilidade rural pode ser reinterpretada não apenas como instrumento técnico de mensuração, mas como linguagem de gestão que, quando apropriada de forma contextualizada, pode fortalecer a autonomia das mulheres, ampliar sua participação nas decisões e contribuir para a sustentabilidade das propriedades. Entretanto, isso só se realiza plenamente quando se reconhece que a adoção de práticas contábeis e gerenciais depende das condições reais de vida das famílias agricultoras e, em especial, das mulheres, que frequentemente assumem simultaneamente tarefas produtivas, administrativas e reprodutivas. Assim, discutir contabilidade rural, gestão econômico-financeira e protagonismo feminino de forma articulada implica reconhecer que a sustentabilidade da agricultura familiar não depende apenas da existência de instrumentos de controle, mas também do reconhecimento social, econômico e político das mulheres como sujeitas centrais da gestão das propriedades.

Nessa direção, compreender a gestão das propriedades familiares a partir das mulheres rurais permite revelar dimensões que frequentemente escapam às análises mais normativas da contabilidade e da administração rural. Mais do que identificar ausência ou presença de controles formais, trata-se de compreender como esses controles são construídos, apropriados, adaptados ou mesmo limitados pelas condições concretas de trabalho, pelas experiências acumuladas e pelas relações de gênero que estruturam a vida no meio rural. É nessa intersecção entre técnica, cotidiano e relações sociais que se torna possível analisar, de forma mais ampla,

a gestão econômico-financeira como elemento constitutivo da sustentabilidade das propriedades da agricultura familiar.

3. Metodologia

A pesquisa adota abordagem qualitativa, por compreender que a gestão econômico-financeira, quando analisada a partir da experiência das mulheres rurais, não pode ser apreendida apenas por indicadores objetivos ou por descrições técnico-operacionais. Trata-se de um fenômeno social vivido no cotidiano das propriedades familiares, atravessado por percepções, sentidos, práticas, responsabilidades e relações de gênero. Nessa direção, optou-se por uma aproximação fenomenológica, inspirada em Husserl (2001), a fim de compreender como as mulheres significam suas experiências de gestão, organização financeira e participação nas decisões da propriedade a partir de suas próprias vivências.

A fenomenologia, neste estudo, não é tomada apenas como referência abstrata à subjetividade, mas como orientação teórico-metodológica para a escuta e a interpretação dos relatos. Isso significa que a investigação buscou apreender as experiências narradas pelas participantes tal como se manifestam em sua consciência e em seu cotidiano, valorizando os sentidos atribuídos por elas às práticas de registro, controle, tomada de decisão e organização da vida econômica da propriedade. Assim, mais do que verificar a presença ou ausência de instrumentos formais de contabilidade rural, interessou compreender como essas mulheres vivem, percebem e interpretam sua inserção na gestão econômico-financeira das unidades familiares de produção. Essa perspectiva também dialoga com Lencioni (1999), ao enfatizar a centralidade do sujeito na análise e a articulação entre dimensões subjetivas e o contexto concreto no qual a experiência se realiza.

O campo empírico da pesquisa é constituído por mulheres integrantes da Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares (STR) de Santa Cruz do Sul/RS. O sindicato também abrange os municípios de Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, locais de residência das participantes. A escolha desse grupo se justifica por se tratar de um espaço coletivo de organização e representação de mulheres vinculadas à agricultura familiar, no qual se articulam experiências de trabalho, participação social e reflexão sobre o cotidiano rural. O STR atua na defesa dos interesses dos agricultores familiares, na mobilização política e na busca por melhores condições de vida e trabalho no meio rural, além de incentivar formas mais justas, solidárias e igualitárias de desenvolvimento. A Comissão de Mulheres, nesse contexto, constitui

um espaço privilegiado para compreender a atuação feminina na gestão das propriedades e as condições em que essa participação se concretiza.

A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas por possibilitar, simultaneamente, direção analítica e abertura à experiência do entrevistado (Gil, 2008). A adoção desse instrumento mostrou-se adequada ao referencial fenomenológico, pois permitiu partir de um roteiro orientador, sem restringir a livre expressão das participantes sobre suas vivências, práticas e dificuldades no âmbito da gestão da propriedade. O roteiro contemplou questões relacionadas à participação das mulheres na gestão econômica e financeira, ao uso ou não de registros e controles, à relação entre contabilidade e tomada de decisão, às ferramentas utilizadas no acompanhamento das atividades e às dificuldades e facilidades encontradas nesse processo.

Foram realizadas 18 entrevistas com mulheres pertencentes a um universo aproximado de 30 integrantes da Comissão de Mulheres, sendo que parte delas não respondeu ao convite ou optou por não participar da pesquisa. O número de entrevistas mostrou-se suficiente para apreender recorrências, contrastes e singularidades das experiências narradas, permitindo identificar elementos comuns e aspectos diferenciados na forma como as mulheres participam da gestão das propriedades familiares.

No tratamento analítico dos dados, os depoimentos foram inicialmente organizados, lidos e relidos de forma exaustiva, buscando identificar unidades de sentido recorrentes relacionadas ao problema de pesquisa. A análise privilegiou uma leitura compreensiva e interpretativa dos relatos, orientada pela busca dos significados atribuídos pelas mulheres às práticas de gestão econômico-financeira e ao lugar que ocupam nesse processo. A partir dessa leitura, os depoimentos foram agrupados em eixos temáticos analíticos, tais como: formas de participação na gestão; práticas de controle econômico-financeiro; relações entre gestão da produção e gestão doméstica; uso de registros formais e informais; dificuldades na separação entre finanças pessoais e produtivas; e desafios decorrentes da sobrecarga de trabalho feminino. Esses eixos permitiram articular os dados empíricos com o referencial teórico mobilizado no estudo, especialmente no que se refere à contabilidade rural, à gestão na agricultura familiar e à divisão do trabalho no meio rural.

Nesse processo, o Arco de Maguerez foi utilizado como recurso complementar de problematização e sistematização da análise, e não como técnica exclusiva de tratamento dos dados. Sua contribuição esteve em auxiliar a passagem da descrição empírica para uma leitura crítica da realidade investigada. Inicialmente, partiu-se da observação da realidade vivida pelas

mulheres no âmbito da gestão econômico-financeira das propriedades familiares. Em seguida, foram identificados os pontos-chave que emergiam dos depoimentos, como a informalidade dos controles, a centralidade feminina na organização financeira cotidiana, a dificuldade de separação entre as despesas da casa e da produção e a sobrecarga de trabalho das mulheres. A etapa de teorização consistiu em colocar esses achados em diálogo com a literatura sobre contabilidade rural, gestão econômico-financeira na agricultura familiar e relações de gênero. Posteriormente, foram formuladas reflexões e possibilidades de encaminhamento a partir dos problemas identificados, com vistas ao fortalecimento da gestão nas propriedades e ao reconhecimento da atuação das mulheres. Por fim, a dimensão de aplicação à realidade foi considerada como horizonte interpretativo do estudo, indicando possibilidades de contribuição da pesquisa para práticas de capacitação, organização e valorização do protagonismo feminino no meio rural.

Desse modo, a metodologia adotada permitiu conjugar escuta sensível às experiências vividas, análise temática e interpretação crítica da realidade. Mais do que identificar a presença ou ausência de instrumentos formais de contabilidade, buscou-se compreender como a gestão econômico-financeira é construída no cotidiano das propriedades familiares, quais sentidos as mulheres atribuem a essa prática e de que forma sua atuação se relaciona com os desafios da sustentabilidade econômica e com a divisão do trabalho no meio rural.

4. Discussão dos Resultados

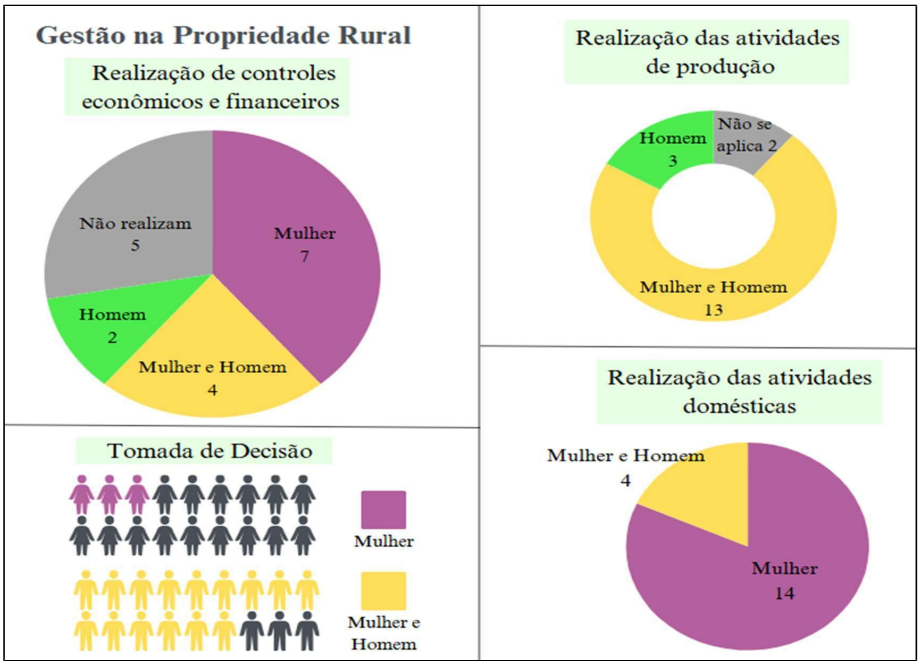
A gestão econômico-financeira em pequenas propriedades rurais visa garantir sua viabilidade e sustentabilidade, pois envolve o planejamento, controle e monitoramento de receitas, despesas e investimentos, permitindo a otimização dos recursos disponíveis. A tomada de decisão é baseada na análise de dados coletados, como custos de produção, preços de mercado e margens de lucro, além de fatores externos como sazonalidade e condições climáticas. O planejamento auxilia as agricultoras a priorizar atividades rentáveis, diversificar fontes de renda e minimizar os riscos envolvidos.

O controle rigoroso de custos, na produção pode auxiliar na identificação de oportunidades de economia e investimentos, mas percebe-se pelas descrições das entrevistadas, que alguns custos são levantados, mas não todos e também não foi mencionado a questão de qual método de custeio é utilizado. Identifica-se dificuldades no que tange a questão de custos, como por exemplo como classifica-los. Esse dado corrobora as afirmações de Crepaldi (2019) e Fontoura, Silva e Deponti (2022), que ressaltam a importância da gestão de custos para a

administração da propriedade rural, ao mesmo tempo em que evidenciam as dificuldades enfrentadas pelas produtoras nesse processo.

Outro fator é diversificação de fontes de renda e a separação de finanças pessoais e produtivas são práticas recomendadas, conforme mencionado no referencial teórico, para melhorar a organização. Assim, uma gestão integrada promove maior estabilidade financeira, assegurando o bem-estar da família e o desenvolvimento sustentável da propriedade. Em relação a separação das finanças pessoais percebe-se dificuldades em separar o que são as finanças das produções, por ser dentro da mesma unidade familiar. No que tange as mulheres rurais entrevistadas, obteve-se as seguintes respostas apresentadas na figura 02 referente aos questionamentos sobre a gestão da propriedade rural.

Figura 02 – Gestão nas propriedades rurais



Fonte: Elaborado pelos autores.

A figura 2 apresenta uma análise da gestão em propriedades rurais, abordando quatro aspectos principais: realização de controles econômicos e financeiros, tomada de decisão, realização das atividades de produção e realização das atividades domésticas. Em relação a realização de controles econômicos e financeiros a figura painel divide as responsabilidades entre os membros da propriedade rural.

Em 7 propriedades rurais as mulheres realizam o controle econômico-financeiro, representando a maior parte. Em 4 propriedades mulheres e homens (de forma compartilhada) tem essa responsabilidade. Em apenas 2 propriedades rurais essa responsabilidade é realizada pelos homens. Em 5 propriedades rurais não é realizado nenhuma forma de controle econômico-financeiro. A predominância da mulher na gestão financeira demonstra sua participação ativa

nesse aspecto nas propriedades. Em 3 propriedades rurais as atividades relacionadas a produção são de responsabilidades de homens, conforme mencionado pelas entrevistas, devido a problemas de saúde que impossibilitaram de realizar esforços físicos elas precisaram parar de se responsabilizar por essas atividades, mas antes (das dificuldades físicas), realizavam as atividades vinculadas a produção.

Em 1 propriedade rural não há mais produção, pois, a mulher é viúva e aposentada atualmente, antes a produção realizada era a do tabaco, onde as responsabilidades voltadas a produção eram compartilhadas pelo casal. As divisões sugerem uma colaboração significativa entre homens e mulheres nas atividades voltadas a produção das propriedades rurais.

A falta de registros e análises pode impactar diretamente a tomada de decisões e a sustentabilidade das propriedades rurais, apontando a necessidade de ferramentas simples e acessíveis para apoiar essas famílias. A ausência de um entendimento adequado sobre os controles financeiros é um ponto notável em diversas práticas de gestão. Em relação a importância dos registros, e entrevistada 10, fez o seguinte relato: *"Esses tempos entrou um valor para nós e aí como eu te disse essa parte é mais comigo meu marido não é muito de fazer essa parte de anotações. Então a gente foi gastando esse valor R$ 2.000,00 para tal coisa outros R$ 3.000,00 para outra coisa pega R$ 500,00 aqui, pega R$ 1.500,00 ali e aí ele mais ou menos se esqueceu. E aí esses tempos ele veio questionar como que os R$ 12.000,00 mil que a gente tinha de valor que tinha entrado, agora só tem um pouco ainda, mas aonde foi esse dinheiro? Porque eu não sei. Aí eu parei pensei olhei para minha filha e disse espera aí que eu vou buscar o meu caderninho, daí peguei meu caderninho e mostrei para ele todos os valores que a gente tinha gastado aonde que a gente tinha gastado que era no diesel e outras coisas que a gente precisava daí ele me olhou e falou assim: É verdade, eu não achei que tinha gastado tanto. Se tu não anota tu não consegue lembrar tudo né daí se tu não anota tu esquece."*

Esse relato demonstra a necessidade de registro para que as demonstrações possam ser realizadas. As decisões financeiras frequentemente são fundamentadas em cálculos que se assemelham, por exemplo, a uma Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a um fluxo de caixa. Esses instrumentos fornecem uma visão parcial da realidade econômica, sendo que o balanço patrimonial, um elemento essencial para uma visão mais ampla, muitas vezes não é realizado. Nesse contexto, a DRE e o fluxo de caixa são as ferramentas que mais se aproximam da realidade operacional.

Para ilustrar, a entrevistada 01 realiza duas análises distintas, uma na cultura do milho, com foco na produção de silagem, e outra na plantação de tabaco. Na produção de silagem,

consideraram-se apenas os gastos com insumos, equipamentos, maquinários e materiais, desconsiderando-se o custo da mão de obra das pessoas envolvidas na atividade. Já na cultura do tabaco, observou-se que, em determinados cálculos, itens como o custo da lenha não foram considerados. Outro exemplo relevante é a inclusão, nos cálculos, do valor de arrendamento de terras próprias. Ainda que o proprietário não pague efetivamente o arrendamento, atribui-se um custo hipotético de R$ 20.000,00 que seria o valor do arrendamento caso a terra fosse alugada. Essa abordagem considera esse montante como despesa, enquanto outras variáveis, como a depreciação, não são contabilizadas. Esse método reflete uma escolha específica de análise, com implicações diretas na interpretação dos resultados financeiros.

A entrevistada 03 comentou que, em relação aos controles financeiros que realizam, eles não fazem registros formais, ou seja, não anotam "na ponta do lápis". Em vez disso, utilizam as notas fiscais para analisar tudo o que entrou como receita, como no caso da produção de fumo, e fazem os cálculos para identificar os gastos. Eles realizam duas análises distintas: uma sem considerar a mão de obra de pessoas, por exemplo, e outra considerando essa mão de obra. No exemplo citado pela entrevistada, se o resultado fosse de R$ 100.000,00 ele cairia pela metade caso todos os custos fossem atribuídos. No entanto, preferem não incluir certos gastos nos cálculos, pois isso pode gerar desmotivação para continuar com as atividades.

Também foi observado que há uma falta de controle sobre os gastos pessoais. Embora tenham um controle em relação à produção, os gastos pessoais não são devidamente monitorados. Eles fazem uma média aproximada de despesas fixas, como contas de luz, água e outras contas mensais da casa, mas não contabilizam despesas pessoais menores, como cabeleireiro ou roupas. Esses gastos pessoais, embora sejam menores em comparação aos custos de produção, acabam não sendo separados nem incluídos nos levantamentos financeiros. Esse fato também foi relatado no estudo de Marion (2019), Crepaldi (2019) e Fontoura, Silva e Deponti (2022).

Conforme mencionado, são feitas diferentes análises para determinadas culturas, como a do milho, usada na produção de silagem. Nesse caso, consideram apenas os gastos com insumos, equipamentos, maquinários e materiais, sem levar em conta a mão de obra do proprietário. Na produção de fumo, por exemplo, em alguns cálculos não incluem o custo da lenha. Outro exemplo dado foi em relação ao uso da terra: mesmo quando a terra é própria, consideram o valor hipotético de arrendamento. Ou seja, se a terra fosse arrendada, gastariam cerca de R$ 20.000,00. Esse valor é inserido como despesa no cálculo. Por outro lado, não

utilizam métodos como a depreciação nos cálculos, preferindo essa abordagem baseada em valores estimados de arrendamento.

A entrevistada 12 relatou que a responsabilidade pelos registros das atividades realizadas na propriedade rural cabe ao seu marido, que coleta as informações. Contudo, não há qualquer tipo de controle formal dos dados, como sugerido pelo referencial teórico. Ainda assim, de acordo com sua descrição, o casal consegue analisar a situação econômica e financeira da propriedade rural a partir das informações levantadas informalmente. Embora o marido seja o responsável pela execução dos registros, as decisões importantes, como a aquisição de uma máquina para colher tabaco, são tomadas de forma conjunta.

No caso das propriedades rurais que não realizam qualquer tipo de registro, os entrevistados reconhecem a importância dessa prática para a análise econômica e financeira da propriedade. No entanto, apontam a falta de tempo como principal obstáculo para a implementação de tais registros, devido às exigências da produção rural. As mulheres, em particular, destacam o acúmulo de funções, como a execução de atividades domésticas, que incluem o preparo de refeições, a conservação de alimentos e os cuidados com crianças, idosos ou pessoas enfermas que demandam atenção especial. Esse cenário reforça a sobrecarga de trabalho enfrentada pelas mulheres, dificultando sua maior participação em práticas de gestão e controle financeiro da propriedade, o que se confirma com a pesquisa de Saffioti (2015).

A entrevistada 10 relatou sua história de vida, estabelecendo uma relação entre suas experiências pessoais e a gestão financeira. Ela explicou que, na juventude, entre os 16 e 18 anos, trabalhou na cidade, desempenhando funções no meio urbano como faxineira e diarista. Durante esse período, enfrentou dificuldades na gestão de seus recursos financeiros, gastando imediatamente o dinheiro que recebia e assumindo compromissos futuros que não conseguia honrar. Essa falta de planejamento resultou em um ciclo de endividamento, tornando-se um momento desafiador de sua vida.

Ao se casar e mudar-se para o meio rural, essa experiência negativa tornou-se um aprendizado significativo. A entrevistada relatou que a dificuldade enfrentada devido à falta de controle financeiro a levou a compreender a importância de implementar práticas rigorosas de gestão econômica. Atualmente, na propriedade rural que compartilha com seu marido, ela realiza registros financeiros detalhados das receitas e despesas, com foco na produção de tabaco. Essa produção é gerida em conjunto, envolvendo não apenas sua família, mas também outra parte da família ampliada, o que torna os registros ainda mais precisos para garantir uma divisão justa dos recursos.

A entrevistada destacou que, com base nesses registros e nas análises econômicas realizadas, é possível alocar recursos adequados para investimentos, reparos e melhorias na propriedade, bem como para os gastos pessoais. Ela enfatizou que, sem esses controles, teria sido impossível superar o endividamento que enfrentou no passado. Apesar do progresso alcançado, ela reconheceu que a gestão da propriedade rural exige esforço contínuo, uma vez que é necessário conciliar as responsabilidades com as atividades domésticas e produtivas.

No que diz respeito às atividades realizadas por homens e mulheres, a entrevistada ressalta que há, de fato, diferenças físicas entre os gêneros. Ela aponta que, em atividades que exigem maior esforço físico, como aquelas realizadas na lavoura em produções de grande escala, as mulheres possuem limitações em comparação aos homens, devido à menor capacidade física para desempenhar tarefas de mesma intensidade. Contudo, no que se refere à tomada de decisão, não há diferenciação entre homens e mulheres. A capacidade de decidir é atribuída igualmente a ambos, podendo ser exercida de forma independente, sem restrições relacionadas ao gênero.

Um primeiro aspecto a destacar refere-se aos **limites da formalização contábil na agricultura familiar**. As entrevistas mostram que os controles econômico-financeiros, quando existentes, raramente assumem a forma de registros plenamente sistematizados ou de demonstrativos contábeis completos. Predominam anotações em cadernos, uso de notas fiscais, cálculos aproximativos, comparações entre entradas e saídas e estimativas baseadas na experiência acumulada. Isso não significa, contudo, ausência absoluta de controle, mas uma forma de gestão que opera com instrumentos simplificados e seletivos. Em vários casos, determinados custos são considerados e outros não, como mão de obra familiar, lenha ou depreciação, ao passo que custos hipotéticos, como o arrendamento da terra própria, podem ser incorporados aos cálculos. Esses procedimentos indicam que a formalização contábil encontra limites concretos no interior da agricultura familiar, seja pela dificuldade técnica de operacionalizar métodos mais complexos, seja porque a própria lógica de funcionamento da unidade familiar não se ajusta integralmente aos modelos empresariais clássicos de controle.

Mais do que um “déficit” de modernização gerencial, esses achados revelam a coexistência entre saberes práticos e instrumentos incompletos de mensuração, nos quais a utilidade do controle é definida menos por sua aderência às normas contábeis formais e mais por sua capacidade de responder a problemas concretos do cotidiano. O “caderninho”, por exemplo, não aparece apenas como registro rudimentar, mas como tecnologia social de gestão, capaz de produzir memória, conferir segurança nas decisões e evitar conflitos ou esquecimentos

sobre o destino dos recursos. Nesse sentido, a informalidade não deve ser lida apenas como insuficiência, mas também como adaptação a um contexto em que a gestão precisa ser funcional, acessível e compatível com a realidade das famílias agricultoras. Isso ajuda a compreender por que, em muitos casos, demonstrativos formais como o balanço patrimonial não são utilizados, enquanto controles aproximados de fluxo de caixa e resultado ocupam lugar mais presente nas decisões.

Um segundo elemento importante é a **racionalidade prática das mulheres na gestão**. Os depoimentos mostram que as mulheres não estão apenas "ajudando" na administração da propriedade, mas exercendo funções centrais na organização financeira cotidiana: anotam despesas, acompanham entradas e saídas, realizam pagamentos, conferem gastos, ajudam a definir prioridades e, em vários casos, participam ativamente das decisões sobre investimentos e compras. Essa atuação, porém, nem sempre se traduz em reconhecimento explícito como gestão. O que emerge do material empírico é uma forma de racionalidade construída na prática, baseada na atenção ao detalhe, na prudência com os recursos, na memória dos fluxos financeiros e na articulação entre necessidades produtivas e domésticas. Trata-se de uma racionalidade que não se orienta exclusivamente por instrumentos formais, mas por uma gestão minuciosa do cotidiano, sustentada pela experiência, pela observação e pela responsabilidade com a reprodução da vida familiar.

Essa racionalidade prática se torna particularmente visível quando as entrevistadas relatam que os controles são suficientes para "saber para onde foi o dinheiro", para definir se há condições de investir, ou para evitar endividamentos. Nesse ponto, a gestão econômico-financeira não aparece apenas como mecanismo de cálculo, mas como prática de cuidado e sustentação da unidade familiar. Ao mesmo tempo, os relatos mostram que as mulheres elaboram critérios próprios para decidir o que registrar, o que considerar custo, o que excluir dos cálculos e o que priorizar. Tais escolhas não decorrem apenas de desconhecimento técnico, mas de avaliações pragmáticas sobre o que é útil, possível e suportável no contexto da propriedade. Assim, a racionalidade prática das mulheres revela uma gestão situada, que opera na tensão entre a necessidade de controle e os limites concretos de tempo, formação e reconhecimento social.

Um terceiro eixo interpretativo diz respeito à **relação entre trabalho produtivo e reprodutivo**. Os resultados mostram que a participação feminina na gestão não pode ser dissociada da posição que as mulheres ocupam na divisão do trabalho no interior da agricultura familiar. Elas atuam simultaneamente na produção, na administração dos recursos e nas

atividades domésticas e de cuidado. Essa sobreposição de funções ajuda a explicar por que muitas vezes os registros são incompletos, os controles são simplificados e a formalização da gestão encontra obstáculos permanentes. A falta de tempo, apontada nas entrevistas como uma das principais dificuldades para registrar e sistematizar informações, não é um dado neutro: ela expressa a sobrecarga feminina e a persistente responsabilização das mulheres pelo trabalho reprodutivo, frequentemente invisibilizado e não remunerado.

Essa constatação é central porque desloca a interpretação da gestão rural de uma leitura puramente técnica para uma leitura socialmente situada. Em outras palavras, as dificuldades de controle financeiro não decorrem apenas da ausência de capacitação ou de instrumentos adequados, mas também da forma desigual como o trabalho e o tempo são distribuídos entre homens e mulheres. Ao assumirem o preparo das refeições, os cuidados com crianças, idosos ou pessoas enfermas, a conservação de alimentos e outras atividades domésticas, as mulheres acumulam responsabilidades que restringem sua disponibilidade para aprofundar práticas gerenciais mais estruturadas. Assim, a gestão econômico-financeira na agricultura familiar é atravessada pela divisão sexual do trabalho, e sua análise exige considerar que as condições de produção e de reprodução da vida são indissociáveis.

Por fim, os achados permitem discutir as **implicações dessas dinâmicas para a sustentabilidade econômica da propriedade**. A informalidade dos controles não inviabiliza, por si só, a reprodução da unidade familiar, mas tende a limitar a capacidade de planejamento de médio e longo prazo, a mensuração mais precisa dos resultados, a identificação de gargalos produtivos e a tomada de decisões com base em dados mais consistentes. A ausência de separação entre finanças domésticas e produtivas, por exemplo, dificulta a visualização do desempenho real da atividade agrícola. Do mesmo modo, a exclusão de certos custos dos cálculos pode gerar percepções distorcidas sobre a rentabilidade das atividades, comprometendo avaliações mais realistas sobre viabilidade econômica, investimentos e endividamento.

Entretanto, os resultados também mostram que a sustentabilidade econômica da propriedade não depende apenas da adoção de ferramentas formais de contabilidade, mas da capacidade de construir mecanismos de gestão compatíveis com a realidade da agricultura familiar. Nesse processo, o protagonismo das mulheres se revela decisivo. Quando há registros, ainda que simples, maior controle sobre os gastos e participação ativa nas decisões, percebe-se um fortalecimento da organização econômica da propriedade e uma ampliação das condições de planejamento. As experiências relatadas demonstram que práticas aparentemente

elementares podem produzir efeitos concretos na organização financeira, no uso mais racional dos recursos e na prevenção de desequilíbrios econômicos. Assim, a sustentabilidade das propriedades familiares não deve ser pensada apenas como resultado de maior tecnificação da gestão, mas também como produto do reconhecimento e fortalecimento das capacidades cotidianas de administração já exercidas pelas mulheres.

Em síntese, a discussão dos resultados permite afirmar que a gestão econômico-financeira na agricultura familiar se realiza em um terreno marcado por tensões entre formalização e informalidade, entre técnica e experiência, entre produção e reprodução social. Os limites da formalização contábil não significam ausência de gestão, mas revelam formas específicas de organizar a vida econômica em contextos familiares e rurais. Nesse cenário, as mulheres desempenham papel central, ainda que frequentemente invisibilizado, articulando controles, decisões e estratégias de sustentação da propriedade em meio à sobrecarga de trabalho e às desigualdades de gênero. Compreender essas dinâmicas é fundamental para pensar políticas, ações de capacitação e instrumentos de gestão que sejam efetivamente aderentes à realidade da agricultura familiar e capazes de contribuir para sua sustentabilidade econômica e social.

5. Considerações finais

Os resultados deste estudo permitem afirmar que a gestão econômico-financeira exerce influência relevante sobre a sustentabilidade das propriedades da agricultura familiar, especialmente quando observada a partir da atuação das mulheres rurais. Em resposta ao problema de pesquisa proposto, verificou-se que as mulheres participam ativamente da organização financeira das propriedades, da realização de registros, do acompanhamento de receitas e despesas e do processo de tomada de decisão. Em muitos casos, elas não apenas acompanham, mas assumem diretamente funções centrais na gestão cotidiana da unidade produtiva. Contudo, essa atuação ocorre, em grande medida, em um contexto marcado pela predominância de práticas informais, pela fragilidade dos registros sistemáticos e pela limitada separação entre finanças pessoais, domésticas e produtivas.

O estudo mostrou, assim, que a presença ou a ausência de práticas mais estruturadas de contabilidade rural e de gestão econômico-financeira interfere diretamente na qualidade das informações disponíveis para decidir, planejar, controlar custos e avaliar resultados. Entretanto, os achados também evidenciam que essas limitações não podem ser explicadas apenas pela falta de conhecimento técnico ou pela não adoção de instrumentos formais de controle. Elas

estão relacionadas, igualmente, às condições concretas em que a gestão se realiza no interior da agricultura familiar, especialmente à sobrecarga de trabalho feminino, à escassez de tempo, ao acesso desigual à informação e à própria imbricação entre produção, vida doméstica e reprodução social. Nesse sentido, o estudo contribui para demonstrar que a gestão econômico-financeira, na agricultura familiar, não constitui apenas uma dimensão técnica da propriedade, mas uma prática socialmente situada, atravessada por relações de gênero e pela divisão do trabalho no meio rural.

Ao mesmo tempo, a pesquisa revelou potencialidades significativas. As mulheres entrevistadas demonstraram forte senso de responsabilidade, capacidade organizativa e interesse em aperfeiçoar a gestão das propriedades. Mesmo quando não utilizam instrumentos contábeis formais, mobilizam estratégias práticas de controle e acompanhamento financeiro que cumprem papel importante na sustentação econômica da unidade familiar. Experiências baseadas em registros simples, anotações cotidianas e monitoramento mais próximo das entradas e saídas mostraram-se relevantes para ampliar o controle sobre os recursos e apoiar decisões mais seguras. Isso indica que a qualificação da gestão no meio rural não depende exclusivamente da adoção de mecanismos complexos, mas também da valorização e do fortalecimento de práticas acessíveis, coerentes com a realidade das famílias agricultoras.

Do ponto de vista prático, os resultados sugerem a necessidade de ampliar ações de formação e capacitação em gestão e contabilidade rural, orientadas por metodologias compatíveis com o cotidiano da agricultura familiar. Tais ações precisam considerar as especificidades das unidades produtivas familiares, a diversidade dos arranjos de trabalho e, sobretudo, a condição das mulheres, frequentemente submetidas à dupla ou tripla jornada. O uso de ferramentas simples, acessíveis e adaptadas ao contexto rural pode favorecer a adoção de práticas mais organizadas de controle econômico-financeiro. Do mesmo modo, reconhecer e valorizar a atuação das mulheres como gestoras constitui passo fundamental para o fortalecimento da sustentabilidade econômica e social das propriedades e para o enfrentamento das desigualdades de gênero presentes no meio rural.

Como toda pesquisa, este estudo apresenta limitações. Em primeiro lugar, trata-se de uma investigação qualitativa circunscrita a um grupo específico de mulheres vinculadas à Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, o que não permite generalizações para o conjunto da agricultura familiar. Em segundo lugar, o estudo privilegiou a perspectiva das mulheres, o que foi coerente com o objetivo da pesquisa, mas não incorporou, de forma comparativa, a visão

dos homens ou de outros membros das famílias sobre os processos de gestão. Além disso, a análise concentrou-se nas percepções e experiências relatadas pelas entrevistadas, não incluindo acompanhamento longitudinal das práticas de gestão nem observação direta de instrumentos, registros ou resultados econômicos das propriedades. Tais limites não reduzem a relevância da investigação, mas indicam o seu caráter situado e a necessidade de aprofundamentos futuros.

Nesse sentido, uma agenda futura de pesquisa pode avançar em diferentes direções. Seria importante realizar estudos comparativos entre propriedades com diferentes níveis de formalização da gestão, bem como entre contextos territoriais distintos, buscando compreender como variam as práticas de controle econômico-financeiro e o papel das mulheres em diferentes realidades da agricultura familiar. Também se mostra promissora a realização de pesquisas que articulem abordagens qualitativas e quantitativas, permitindo cruzar percepções, práticas de gestão e indicadores econômicos das propriedades. Outra frente relevante consiste em investigar os efeitos de ações de capacitação, assessoria técnica e uso de ferramentas simplificadas de gestão sobre a autonomia das mulheres, a organização financeira das unidades produtivas e a sustentabilidade econômica das famílias. Por fim, aprofundar a relação entre gestão, divisão sexual do trabalho e reprodução social poderá contribuir para uma compreensão mais ampla e crítica da agricultura familiar, reconhecendo que sua sustentabilidade não depende apenas da adoção de instrumentos técnicos, mas também das condições sociais e políticas que estruturam a vida no meio rural.

Em síntese, o estudo reafirma que compreender a gestão econômico-financeira da agricultura familiar a partir da experiência das mulheres rurais permite revelar dimensões frequentemente invisibilizadas pelas abordagens mais normativas da contabilidade e da administração. Mais do que identificar carências técnicas, a pesquisa evidencia saberes, práticas, limites e possibilidades que atravessam o cotidiano das propriedades. Ao fazê-lo, contribui para sustentar a necessidade de políticas, ações formativas e instrumentos de gestão que dialoguem com a realidade concreta das famílias agricultoras e reconheçam as mulheres como sujeitos centrais na organização, na manutenção e na sustentabilidade das propriedades rurais.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BREITENBACH, Raquel. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. Desafio Online, Campo Grande, v. 2, n. 2, p. 1-20, 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola. São Paulo, 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisorial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DEPONTI, Cidonea Machado. As "agruras" da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 9-24, 2014.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da; DEPONTI, Cidonea Machado; SILVA, Luis Carlos Alves da; SILVA, Maicon da. Diversificação da produção rural: em busca de alternativas para gestão econômica e financeira na agricultura familiar. Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, 2018.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da; SILVA, Luis Carlos Alves da; DEPONTI, Cidonea Machado. Contabilidade e gestão: abordagem para o desenvolvimento rural. Curitiba: Appris, 2022.

FRÜHAUF, Alexandre Ricardo. Gestão financeira e produtiva do empreendimento rural: uma análise da propriedade Frühauf. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HUSSERL, Edmund. A ideia da fenomenologia. Lisboa: Edições 70, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. Revista Contabilidade & Finanças, v. 18, n. especial, p. 9-18, 2007.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. The balanced scorecard: measures that drive performance. Harvard Business Review, v. 70, n. 1, p. 71-79, 1992.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. São Paulo: EDUSP, 1999.

MARION, José Carlos. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social. 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. Administração de custos na agropecuária. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA, Diego Silva; CARDOSO, Claudia Tissiane Gois; PEREIRA, Maria Jaqueline dos Santos. Contabilidade rural: a importância da contabilidade aplicada aos pequenos produtores rurais. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - Sergipe, Sergipe, v. 6, n. 1, p. 95, 2020. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/7681?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 12 abr. 2025.